

Aviso de Contratação 8/2025

Informações Básicas

| Número do artefato | UASG | Editado por | Atualizado em |
|--------------------|--|-----------------------------|--------------------------|
| 8/2025 | 929379-CAMARA MUNICIPAL DE TREMEMBÉ - SP | MARIANA LOPES HOHMANN CLARO | 22/07/2025 13:15 (v 4.0) |
| Status | ASSINADO | | |

Outras informações

| Categoria | Número da Contratação | Processo Administrativo |
|--------------------------------------|-----------------------|-------------------------|
| III – locação/Locação de bens móveis | | 36/25 |

1. OBJETO DA CONTRATAÇÃO DIRETA

Câmara Municipal da Estância Turística de Tremembé/SP

(Processo Administrativo n.º 36/25)

Torna-se público que a **Câmara Municipal da Estância Turística de Tremembé/SP**, por meio do Setor de Licitações e Compras, realizará **Dispensa Eletrônica, sem registro de preços**, com critério de julgamento **menor preço**, na hipótese do **art. 75, inciso II**, nos termos da **Lei n.º 14.133, de 1º de abril de 2021**, da **Instrução Normativa Seges/ME nº 67, de 2021**, do **Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023**, e demais normas aplicáveis.

Data da sessão: 31/07/2025

Horário da Fase de Lances: 08:00 às 14:00

Link: <http://comprasnet.gov.br>

Critério de Julgamento: Menor Preço

Regime de Execução: Empreitada por Preço Global

OBJETO

1.1. O objeto do presente procedimento é a escolha da proposta mais vantajosa para a contratação, por dispensa de licitação, de **empresa especializada na locação, instalação e manutenção de máquinas automáticas de bebidas quentes (multibebidas), com fornecimento conjunto de insumos**, para uso na sede da Câmara Municipal da Estância Turística de Tremembé, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Aviso de Contratação Direta e seus anexos.

1.2. O critério de julgamento adotado será o **menor preço global**, observadas as exigências contidas neste Aviso de Contratação Direta e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

1.3. O fornecimento dos insumos será realizado em **parcela única, simultaneamente à entrega das máquinas**, conforme detalhado no Termo de Referência. Não será admitido o fornecimento fracionado ou isolado dos itens, uma vez que a contratação é **única, indivisível e integrada**, englobando a prestação dos serviços de locação e o fornecimento dos insumos necessários à operação dos equipamentos.

2. REGISTRO DE PREÇOS

2.1 Não se aplica.

3. PARTICIPAÇÃO NA DISPENSA ELETRÔNICA

3.1. A participação na presente dispensa eletrônica ocorrerá por meio do Sistema de Dispensa Eletrônica, ferramenta informatizada integrante do Sistema de Compras do Governo Federal – Compras.gov.br, disponível no Portal de Compras do Governo Federal, no endereço eletrônico www.gov.br/compras.

3.1.1. O procedimento será divulgado no Compras.gov.br e no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP, e encaminhado automaticamente aos fornecedores registrados no Sistema de Registro Cadastral Unificado - SICAF, por mensagem eletrônica, na correspondente linha de fornecimento que pretende atender.

3.1.2. O Compras.gov.br poderá ser acessado via navegador web ou pelo aplicativo Compras.gov.br.

3.1.3. O fornecedor é o responsável por qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante no Sistema de Dispensa Eletrônica, não cabendo ao provedor do Sistema ou ao órgão/entidade promotor do procedimento a responsabilidade por eventuais danos decorrentes do uso indevido da senha, ainda que por terceiros não autorizados.

3.2. A participação é exclusiva para **microempresas (ME), empresas de pequeno porte (EPP) e microempreendedores individuais (MEI)**, nos termos do **art. 48, inciso I, c/c o art. 49, inciso IV, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006**.

3.2.1. A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização do procedimento, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

3.2.2. Será concedido tratamento favorecido, nos termos da legislação aplicável, às microempresas, empresas de pequeno porte, microempreendedores individuais, agricultores familiares, produtores rurais pessoa física e, **caso admitida**, às sociedades cooperativas mencionadas no art. 16 da Lei nº 14.133/2021.

3.3. Não poderão participar desta dispensa de licitação os fornecedores:

3.3.1. que não atendam às condições deste Aviso de Contratação Direta e seus anexos;

3.3.2. estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

3.3.3. que se enquadrem em qualquer das seguintes vedações:

a) autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a contratação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

b) empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, nos casos aplicáveis;

c) pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da contratação, impedida de contratar com a Administração em razão de sanção aplicada;

d) pessoa física ou jurídica que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que atue no procedimento ou na gestão/fiscalização do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

e) empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404/1976, concorrendo entre si;

f) pessoa física ou jurídica que, nos cinco anos anteriores à divulgação do aviso, tenha sido condenada, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, submissão de trabalhadores a condições análogas à de escravo, ou contratação irregular de adolescentes.

3.3.3.1. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas pertencentes ao mesmo grupo econômico.

3.3.3.2. O disposto na alínea “c” também se aplica àqueles que atuem em nome ou substituição de fornecedores sancionados, inclusive suas controladoras, controladas ou coligadas, desde que comprovada a intenção de burla à penalidade imposta.

3.4. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da presente dispensa eletrônica ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, observadas as situações que configurem conflito de interesses, nos termos da legislação aplicável, especialmente o §1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

4. INGRESSO NA DISPENSA ELETRÔNICA E CADASTRAMENTO DA PROPOSTA INICIAL

4.1. O ingresso do fornecedor na disputa da dispensa eletrônica ocorrerá com o cadastramento de sua proposta inicial, na forma deste item.

4.2. O fornecedor interessado, após a divulgação do Aviso de Contratação Direta, encaminhará, exclusivamente por meio do Sistema de Dispensa Eletrônica, a proposta com a descrição do objeto ofertado, a marca do equipamento, quando aplicável, e o preço global, até a data e o horário estabelecidos para abertura do procedimento.

4.2.1. O fornecedor **não poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao previsto para contratação**, uma vez que o objeto é indivisível e será contratado de forma única, conforme estabelecido no Termo de Referência.

4.2.2. **Não será admitida a previsão de preços diferentes em razão de local de entrega, de acondicionamento, tamanho de lote ou qualquer outro motivo**, devendo o valor global contemplar todas as obrigações estabelecidas no Termo de Referência.

4.3. Todas as especificações do objeto contidas na proposta, em especial o preço ofertado, vinculam a contratada.

4.4. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

4.4.1. A proposta deverá conter declaração de que compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

4.4.2. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do fornecedor, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

4.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será aquela correspondente à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

4.6. Independentemente do percentual do tributo que constar da planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos pela legislação vigente.

4.7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar os serviços nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

4.8. O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta) dias**, a contar da data de sua apresentação.

4.9. No cadastramento da proposta inicial, o fornecedor deverá, também, assinalar Termo de Aceitação, em campo próprio do sistema eletrônico, relativo às seguintes declarações:

4.9.1. que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

4.9.2. que está ciente e concorda com as condições contidas no Aviso de Contratação Direta e seus anexos;

4.9.3. que se responsabiliza pelas transações que forem efetuadas no sistema, assumindo-as como firmes e verdadeiras;

4.9.4. que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, de que trata o art. 93 da Lei nº 8.213/1991;

4.9.5. que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição Federal.

4.10. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou microempreendedor individual deverá declarar, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido previsto em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021.

4.11. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, fica facultado ao fornecedor, ao cadastrar sua proposta inicial, a parametrização de valor final mínimo, com o registro do seu lance final aceitável (menor preço).

4.11.1. Feita essa opção, os lances serão enviados automaticamente pelo sistema, respeitados os limites cadastrados pelo fornecedor e o intervalo mínimo entre lances previsto neste aviso.

4.11.2. Sem prejuízo do disposto acima, os lances poderão ser enviados manualmente, na forma da seção respectiva deste Aviso de Contratação Direta.

4.11.3. O valor final mínimo poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, desde que não assuma valor superior a lance já registrado por ele no sistema.

4.11.4. O valor mínimo parametrizado possui caráter sigiloso aos demais participantes e ao órgão contratante. Apenas os lances efetivamente enviados poderão ser conhecidos dos demais fornecedores, conforme previsto na seção seguinte deste Aviso.

5. FASE DE LANCES

5.1. A partir da data e horário estabelecidos neste Aviso de Contratação Direta, a sessão pública será automaticamente aberta pelo sistema para o envio de lances públicos e sucessivos, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo encerrada no horário de finalização de lances igualmente previsto neste aviso.

5.2. Iniciada a etapa competitiva, os fornecedores deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

5.3. O fornecedor somente poderá oferecer valor inferior ao último lance por ele registrado no sistema.

5.3.1. O fornecedor poderá oferecer lances sucessivos iguais ou superiores ao lance que esteja vencendo o certame, desde que inferiores ao menor valor por ele próprio registrado, sendo tais lances definidos como “lances intermediários” para os fins deste Aviso de Contratação Direta.

5.3.2. O intervalo mínimo de diferença entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto àqueles que cubram a melhor oferta, será de R\$ 0,01 (um centavo de real).

5.4. Havendo lances iguais ao menor já ofertado, prevalecerá aquele que for recebido e registrado primeiro no sistema.

5.5. Caso o fornecedor não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta inicial.

5.6. Durante o procedimento, os fornecedores serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do fornecedor.

5.7. Imediatamente após o término do prazo estabelecido para a fase de lances, o sistema encerrará automaticamente a etapa, promovendo o ordenamento e divulgação dos lances em ordem crescente de valor.

5.7.1. O encerramento da fase de lances ocorrerá pontualmente no horário indicado, sem qualquer possibilidade de prorrogação, não havendo tempo aleatório ou mecanismo similar.

6. JULGAMENTO E ACEITAÇÃO DAS PROPOSTAS

6.1. Encerrada a fase de lances, poderá haver negociação com o fornecedor classificado em primeiro lugar, visando à obtenção de condições mais vantajosas para a Administração.

6.1.1. Neste caso, será encaminhada contraproposta ao fornecedor que tenha apresentado o menor preço, para que apresente proposta mais vantajosa, compatível com os preços praticados no mercado.

6.1.2. A negociação poderá ser feita com os demais fornecedores classificados, exclusivamente por meio do sistema, respeitada a ordem de classificação, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado por inadequação ao objeto ou por outros motivos legais.

6.2. Concluída a negociação, se houver, o resultado será divulgado a todos e registrado na ata do procedimento da dispensa eletrônica, devendo esta ser anexada aos autos do processo de contratação.

6.3. Confirmada a aceitabilidade do preço ofertado, será solicitado ao fornecedor o envio da proposta adequada ao último lance registrado ou ao valor negociado, se for o caso, acompanhada dos documentos complementares, quando necessários.

6.3.1. Além da documentação supracitada, o fornecedor com a melhor proposta deverá encaminhar, quando solicitado, planilha com indicação de custos e formação de preços, com os valores compatíveis com a proposta vencedora.

6.4. Encerrada a etapa de negociação, se houver, o agente responsável verificará se o fornecedor provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, na legislação correlata e nos itens 3.3 e seguintes deste Aviso, especialmente quanto à existência de sanção impeditiva, mediante consulta aos seguintes cadastros:

6.4.1. Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF;

6.4.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, disponível em: <https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>;

6.4.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, disponível em: <https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>.

6.5. A consulta será realizada também em nome do(s) sócio(s) majoritário(s), conforme o disposto no art. 12 da Lei nº 8.429/1992.

6.6. Caso constem ocorrências impeditivas indiretas, o órgão diligenciará para verificar eventual tentativa de burla à sanção, com base em vínculos societários, linhas de fornecimento similares, entre outros (IN nº 3/2018, art. 29).

6.6.1. O fornecedor será convocado para manifestação prévia antes de eventual desclassificação.

6.6.2. Constatada a existência de sanção impeditiva, o fornecedor será reputado inabilitado por falta de condição de participação.

6.7. Verificadas as condições de participação, o agente responsável examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço com os valores praticados no mercado.

6.7.1. Conforme consta expressamente no item 9.1 do Termo de Referência nº 34/2025, não foi definido valor estimado para esta contratação. Assim, a Administração avaliará a razoabilidade da proposta com base na comparação com preços correntes de mercado, considerando a vantajosidade da contratação nos termos do art. 23 da Lei nº 14.133/2021.

6.8. Será desclassificada a proposta vencedora que:

6.8.1. conter vícios insanáveis;

6.8.2. não obedecer às especificações técnicas previstas neste Aviso ou em seus anexos;

6.8.3. apresentar preços manifestamente inexequíveis, ainda que não exista preço máximo definido;

6.8.4. não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

6.8.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Aviso ou seus anexos, desde que insanável.

6.9. Considerar-se-á inexequível a proposta que:

6.9.1. for insuficiente para a cobertura dos custos da contratação, apresentar valores simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços de mercado ou com os encargos legais, ainda que não tenha sido fixado limite mínimo no ato convocatório;

6.9.2. apresentar valores inferiores aos legalmente fixados por normas obrigatórias, como leis, medidas provisórias, convenções coletivas ou termos de ajustamento de conduta.

6.10. Havendo indícios de inexequibilidade ou necessidade de esclarecimentos, poderão ser realizadas diligências para que o fornecedor comprove a exequibilidade da proposta.

6.11. Erros no preenchimento da planilha não constituem, por si só, motivo para a desclassificação da proposta. O fornecedor poderá ajustá-la no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço.

6.11.1. O ajuste de que trata este item limita-se à correção de erros ou falhas que não alterem a substância da proposta.

6.11.2. Considera-se erro passível de correção, por exemplo, a indicação indevida de recolhimento de impostos e contribuições pelo Simples Nacional, quando não cabível.

6.12. Para análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida manifestação escrita do setor requisitante ou de área técnica especializada.

6.13. Caso a proposta vencedora seja desclassificada, será examinada a proposta ou lance subsequente, e assim sucessivamente, na ordem de classificação.

6.14. Havendo necessidade, a sessão será suspensa, informando-se no “chat” do sistema a nova data e horário para sua continuidade.

6.15. Concluída a análise quanto à aceitação da proposta, será iniciada a fase de habilitação, nos termos deste Aviso de Contratação Direta.

7. HABILITAÇÃO

7.1. Os documentos exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021, constam do Termo de Referência e serão solicitados apenas do fornecedor classificado em primeiro lugar na fase de lances.

7.2. A habilitação será verificada, preferencialmente, por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos, conforme permitido pelo art. 69 da Lei nº 14.133/2021.

7.2.1. É dever do fornecedor manter atualizados, no SICAF, todos os documentos de habilitação, de modo que estejam válidos na data da abertura da sessão pública, ou encaminhá-los, quando solicitado, em formato digital por meio do sistema.

7.2.2. O descumprimento do item anterior implicará a inabilitação do fornecedor, exceto se a Administração conseguir localizar certidões válidas nos sítios oficiais de emissão.

7.3. Na hipótese de necessidade de envio de documentos complementares, indispensáveis à confirmação daqueles já apresentados para a habilitação, ou de documentos não constantes do SICAF, o fornecedor será convocado a encaminhá-los, em formato digital, por meio do sistema, no prazo de 2 (dois) dias úteis, sob pena de inabilitação (art. 19, § 3º, da IN Seges/ME nº 67/2021).

7.4. Somente será exigida a apresentação de documentos originais físicos quando houver dúvida fundamentada sobre a integridade dos documentos digitais apresentados.

7.5. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo nos casos expressamente permitidos pela legislação vigente.

7.6. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz; se for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, excetuando-se os atestados de capacidade técnica, e aqueles documentos que, pela natureza, forem emitidos somente em nome da matriz.

7.7. Serão aceitos documentos com numeração divergente entre matriz e filial no caso de centralização de recolhimento de tributos ou encargos, desde que comprovada.

7.8. Havendo necessidade de análise minuciosa dos documentos de habilitação, a sessão será suspensa, com a devida comunicação no chat do sistema quanto à nova data e horário para sua continuidade.

7.9. Será inabilitado o fornecedor que:

7.9.1. não apresentar qualquer dos documentos exigidos;

7.9.2. apresentar documentos em desacordo com as exigências previstas neste Aviso ou seus anexos.

7.10. Na hipótese de inabilitação do fornecedor melhor classificado, o agente responsável examinará a proposta subsequente, e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda às especificações do objeto e às condições de habilitação.

7.11. Constatado o atendimento às exigências de habilitação, o fornecedor será declarado habilitado.

8. ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.1. Não se aplica.

9. FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

9.1. Não se aplica.

10. CONTRATAÇÃO

10.1. Após a homologação e adjudicação, será celebrado o **Termo de Contrato**, nos termos do art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021, conforme previsto no **Termo de Referência nº 34/2025**, sendo esse instrumento hábil para formalização da contratação.

10.2. O adjudicatário terá o prazo de **5 (cinco) dias úteis**, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis previstas neste Aviso de Contratação Direta.

10.2.1. A Administração poderá encaminhar o Termo de Contrato para assinatura por meio eletrônico, mediante correspondência com confirmação de recebimento ou disponibilização de acesso a sistema eletrônico próprio, hipótese em que o adjudicatário deverá assiná-lo e devolvê-lo no prazo de **5 (cinco) dias úteis** contados do recebimento ou da disponibilização do acesso.

10.2.2. O prazo previsto no item anterior poderá ser prorrogado, uma única vez, por igual período, mediante solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

10.3. A assinatura do Termo de Contrato implica o reconhecimento de que:

10.3.1. a contratada se vincula integralmente à sua proposta, ao Termo de Referência e a todas as condições estabelecidas neste Aviso de Contratação Direta e seus anexos;

10.3.2. a contratada reconhece que as hipóteses de rescisão contratual são aquelas previstas nos arts. 137 e 138 da Lei nº 14.133/2021, e que os direitos da Administração previstos nos arts. 137 a 139 da mesma Lei permanecem assegurados.

10.4. O prazo de vigência do contrato será de **12 (doze) meses**, contados da assinatura do Termo de Contrato, conforme estabelecido no **item 9.5 do Termo de Referência nº 34/2025**.

10.5. Na assinatura do Termo de Contrato será exigida a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste Aviso, que deverão ser mantidas pela contratada durante toda a vigência do contrato.

11. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11.1. Comete infração administrativa o fornecedor que praticar quaisquer das condutas previstas no art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021, entre as quais se destacam:

11.1.1. dar causa à inexecução parcial do contrato;

11.1.2. dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

11.1.3. dar causa à inexecução total do contrato;

11.1.4. deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

11.1.5. não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

11.1.6. não celebrar o contrato quando convocado dentro do prazo de validade da proposta;

11.1.7. ensejar o retardamento injustificado da execução ou da entrega do objeto;

11.1.8. apresentar declaração ou documentação falsa na fase de habilitação ou durante a execução contratual;

11.1.9. fraudar a dispensa eletrônica ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

11.1.10. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

11.1.10.1. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a apresentação de declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou qualquer forma de conluio, em qualquer fase do procedimento, inclusive após a assinatura do contrato.

11.1.11. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos do certame;

11.1.12. praticar ato lesivo nos termos do art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013 (Lei Anticorrupção).

11.2. O fornecedor que cometer qualquer das infrações acima ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

- a) Advertência, nos casos de menor gravidade ou de inexecução parcial sem danos relevantes;
- b) Multa de até **10% (dez por cento)** sobre o valor global contratado, proporcional à gravidade da infração, aplicável a qualquer das condutas previstas nos subitens 11.1.1 a 11.1.12;
- c) Impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública direta e indireta do ente federativo aplicador da sanção, pelo prazo máximo de **3 (três) anos**, nos casos das condutas descritas nos subitens 11.1.2 a 11.1.7;
- d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública de todos os entes federativos, pelo prazo de **3 (três) a 6 (seis) anos**, nos casos das condutas previstas nos subitens 11.1.8 a 11.1.12, ou em outras situações graves que justifiquem a penalidade máxima.

11.3. A aplicação das sanções não afasta, em nenhuma hipótese, a obrigação da contratada de reparar integralmente os danos causados à Administração (art. 156, § 9º).

11.4. As sanções de advertência, impedimento e declaração de inidoneidade poderão ser aplicadas cumulativamente com a sanção de multa (art. 156, § 7º).

11.5. Antes da aplicação da multa, será garantido ao fornecedor o direito ao contraditório e à ampla defesa, devendo apresentar manifestação no prazo de **15 (quinze) dias úteis** contados da data da intimação (art. 157 da Lei nº 14.133/2021).

11.6. Se o valor da multa e das indenizações for superior ao valor do pagamento devido, além da perda desse valor, a diferença poderá ser descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, § 8º).

11.7. Previamente à cobrança judicial, será facultado ao fornecedor o recolhimento administrativo da multa no prazo de **15 (quinze) dias úteis**, contados do recebimento da notificação formal.

11.8. A aplicação das sanções será precedida de processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa, observando-se o rito previsto no art. 158 da Lei nº 14.133/2021 para as penalidades de impedimento de licitar e de declaração de inidoneidade.

11.9. Na aplicação das sanções serão considerados:

11.9.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

11.9.2. as peculiaridades do caso concreto;

11.9.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

11.9.4. os danos causados à Administração;

11.9.5. a eventual existência de programa de integridade implantado ou em aperfeiçoamento, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

11.10. Caso a infração também constitua ato lesivo previsto na Lei nº 12.846/2013 (Lei Anticorrupção), será instaurado procedimento único, com observância do rito e da autoridade competente definidos naquela Lei (art. 159 da Lei nº 14.133/2021).

11.11. A desconsideração da personalidade jurídica poderá ser aplicada sempre que utilizada para encobrir ou dissimular a prática de atos ilícitos ou para provocar confusão patrimonial, estendendo-se as sanções aos administradores, sócios controladores ou empresas coligadas, conforme previsto no art. 160 da Lei nº 14.133/2021, resguardado o contraditório e a ampla defesa.

11.12. A Contratante deverá, no prazo máximo de **15 (quinze) dias úteis** contados da data da aplicação da sanção, registrar e manter atualizadas as sanções no **Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS)** e no **Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP)** (art. 161 da Lei nº 14.133/2021).

11.13. As penalidades de impedimento de licitar e de declaração de inidoneidade são passíveis de reabilitação, nos termos do art. 163 da Lei nº 14.133/2021.

11.14. As sanções aplicáveis à contratação estão previstas neste Aviso e no respectivo contrato.

12. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

12.1. No caso de todos os fornecedores restarem desclassificados ou inabilitados (procedimento fracassado), a Administração poderá:

12.1.1. republicar o presente Aviso de Contratação Direta com nova data;

12.1.2. valer-se, para a contratação, de proposta válida obtida na pesquisa de preços que subsidiou o presente procedimento, privilegiando-se os menores valores, sempre que possível, desde que atendidas as condições mínimas de habilitação exigidas;

12.1.2.1. No caso do subitem anterior, a contratação será operacionalizada fora deste procedimento, observadas as normas legais aplicáveis.

12.1.3. fixar prazo para que os fornecedores possam adequar suas propostas ou sua documentação de habilitação, conforme o caso, respeitados os princípios da legalidade, isonomia e interesse público.

12.2. As providências indicadas nos subitens 12.1.1 e 12.1.2 também poderão ser adotadas na hipótese de não comparecimento de fornecedores interessados (procedimento deserto).

12.3. Havendo necessidade de realização de ato de qualquer natureza pelos fornecedores, cujo prazo não conste expressamente deste Aviso, deverá ser observado o prazo fixado pelo agente competente da Administração na respectiva comunicação.

12.4. Cabe ao fornecedor acompanhar todas as operações do procedimento, sendo exclusivamente responsável por eventual perda do negócio em razão da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

12.5. Caso não haja expediente ou ocorra qualquer fato superveniente que inviabilize a realização da sessão na data prevista, esta será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário, salvo comunicação oficial em sentido diverso.

12.6. Os horários estabelecidos neste Aviso e durante todas as etapas do procedimento, incluindo o envio de propostas e lances, seguirão o horário oficial de Brasília-DF, inclusive para efeitos de contagem de prazos e registros no sistema eletrônico.

12.7. No julgamento das propostas e da habilitação, a Administração poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas ou documentos, nem sua validade jurídica, mediante

decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos os interessados, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

12.8. As normas deste Aviso de Contratação Direta serão sempre interpretadas de forma a favorecer a ampliação da competitividade e da participação dos interessados, desde que não comprometam o interesse público, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

12.9. Os fornecedores assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas, não sendo a Administração, em nenhuma hipótese, responsável por tais despesas, independentemente do resultado do procedimento.

12.10. Em caso de divergência entre as disposições deste Aviso de Contratação Direta e as disposições constantes de seus anexos ou demais peças do processo, prevalecerão as disposições deste Aviso.

12.11. Da sessão pública será lavrada e divulgada Ata no sistema eletrônico.

12.12. Integram este Aviso de Contratação Direta, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

12.12.1. ANEXO I – Termo de Referência;

12.12.2. ANEXO II – Minuta do Termo de Contrato;

Tremembé , 03 de Julho de 2025

13. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

DOUGLAS MARCELO DA SILVA

Equipe de apoio

MARIANA LOPES HOHMANN CLARO

Agente de contratação



Assinou eletronicamente em 22/07/2025 às 13:15:02.

